

**RAÇA, TRABALHO E CLASSE: A ABORDAGEM DE FLORESTAN FERNANDES
SOBRE A NÃO INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA ORDEM SOCIAL
COMPETITIVA**

**RAZA, TRABAJO Y CLASE: EL ENFOQUE DE FLORESTAN FERNANDES SOBRE
LA NO INSERCIÓN DE LA POBLACIÓN NEGRA EN EL ORDEN SOCIAL
COMPETITIVO**

**RACE, LABOR, AND CLASS: FLORESTAN FERNANDES'S APPROACH TO THE
NON-INCORPORATION OF THE BLACK POPULATION INTO THE COMPETITIVE
SOCIAL ORDER**



Marco Aurelio de Oliveira LEAL¹
e-mail: marco.leal.cs@gmail.com



Sérgio Roberto VELOSO FILHO²
e-mail: sergio.veloso007@gmail.com

Como referenciar este artigo:

LEAL, M. A. de O.; VELOSO FILHO, S. R. Raça, trabalho e classe: a abordagem de Florestan Fernandes sobre a não inserção da população negra na ordem social competitiva. **Rev. Sem Aspás**, Araraquara, v. 14, n. 00, e025013, 2025. e-ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v14i00.19924



| Submetido em: 07/01/2025
| Revisões requeridas em: 15/10/2025
| Aprovado em: 20/11/2025
| Publicado em: 29/12/2025

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), Recife – PE – Brasil. Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do PPGS-UFPE.

² Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), Recife – PE – Brasil. Graduado em Ciências Sociais, com interesse em sociologia da comunicação, das emoções e do consumo.

RESUMO: Para Florestan Fernandes, a sociedade brasileira constituiu-se a partir da subalternização de determinados grupos sociais, especialmente da população negra, cuja posição social resultou de um longo processo histórico de silenciamento e dominação. Com o fim do regime escravista, não houve um projeto político voltado à inserção efetiva dessa população na emergente sociedade de classes, preservando-se, sob novas formas, a lógica excludente da antiga ordem estamental. Desprovidos de acesso à escolarização e à especialização exigidas pelo processo de modernização, os negros foram sistematicamente relegados do desenvolvimento econômico e social. Este artigo analisa a contribuição de Florestan Fernandes para compreender como a estrutura de classes no Brasil se consolidou de maneira excludente, destinando à população negra funções subalternas, dissociadas do trabalho livre, republicano e capitalista em formação. A partir das análises de Fernandes, busca-se evidenciar a complexidade que moldou a desigual inserção da população negra na ordem social competitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Florestan Fernandes. Movimento negro. Segunda abolição. Ordem social competitiva.

RESUMEN: Para Florestan Fernandes, la sociedad brasileña se constituyó a partir de la subalternización de determinados grupos sociales, especialmente de la población negra, cuya posición resultó de un prolongado proceso histórico de silenciamiento y dominación. Tras el fin del régimen esclavista, no existió un proyecto político orientado a la inserción efectiva de esa población en la emergente sociedad de clases, manteniéndose, bajo nuevas formas, la lógica excluyente del antiguo orden estamental. Privados del acceso a la escolarización y a la especialización exigidas por la modernización, los negros fueron relegados a los márgenes del desarrollo económico y social. Este artículo analiza la contribución de Florestan Fernandes para comprender cómo la estructura de clases en Brasil se consolidó de manera excluyente, destinando a la población negra funciones subalternas y una inserción desigual en el orden social competitivo.

PALABRAS CLAVE: Florestan Fernandes. Movimiento negro. Segunda abolición. Orden social competitiva.

ABSTRACT: For Florestan Fernandes, Brazilian society was constituted through the subalternization of specific social groups, especially the Black population, whose social position resulted from a long historical process of silencing and domination. After the end of slavery, there was no political project aimed at effectively incorporating this population into the emerging class society, as the exclusionary logic of the old estate order was preserved in new forms. Deprived of access to schooling and the specialization required by modernization, Black people were relegated to the margins of economic and social development. This article examines Fernandes's contribution to understanding how Brazil's class structure consolidated itself in an exclusionary manner, assigning the Black population subaltern roles and producing their unequal incorporation into the competitive social order.

KEYWORDS Florestan Fernandes. Black movement. Second abolition. Competitive social order.

Introdução

Florestan Fernandes é um dos grandes pensadores brasileiros a se dedicar à questão social, em especial ao sofrimento enfrentado pela população³ negra e pobre. Ao longo de sua carreira, seja como pesquisador, professor, ou mesmo como parlamentar, a sua preocupação sempre teve como norte produzir uma ciência social que tivesse como objetivo compreender a sociedade brasileira em todas as suas contradições.

A sua origem e seu processo de socialização foram fundamentais para se tornar o sociólogo que se tornou, com uma empatia única e relação singular, sensível para com os grupos que observava. A chamada “filosofia do folk” (Fernandes, 1976, p. 144) foi essencial para que, através da solidariedade existente entre as camadas pobres e marginalizadas da sociedade pudesse se inserir nestes grupos desde a tenra idade e compreender as mazelas sociais de dentro. Entre as diversas pesquisas produzidas por Fernandes, as consideradas mais importantes para o autor era a pesquisa sobre a população negra. Nestas, o autor retira o sujeito negro da condição de objeto de análise e o coloca na condição de sujeito, uma vez que produziu um método de coleta de dados que envolvia diversas ferramentas como a observação em massa que permitia aos sujeitos falarem de sua própria realidade dentro da sociedade brasileira.

Destaquemos neste breve artigo a sua contribuição sobre as bases da estrutura de classes no Brasil, que com suas raízes coloniais submete homens e mulheres negras a uma condição de subalternidade da qual é difícil escapar. Dentro ainda das suas contribuições, principalmente no Projeto UNESCO⁴, Fernandes sai em defesa da autonomia e afirmação do movimento negro, pois foram os próprios resultados de suas pesquisas em parceria com Roger Bastide que lhe permitiram acessar a raiz do dilema racial brasileiro e refletir em possíveis mudanças e transformações da sociedade brasileira moderna. Uma das maiores preocupações de Florestan

³ A fim de evitar uma problemática no que se refere aos termos *povo* e *população*, utilizamos a noção de população para evidenciar um conjunto de indivíduos pretos e pretas que passaram pelo processo de degradação e não inserção na ordem social competitiva no pós-abolição.

⁴ Ainda no frisson da grande tragédia que fora o Holocausto, no início da década de 1950 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) patrocinou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Tendo como recorte a ideia de uma harmonia racial existente no Brasil, buscando refletir de que forma isso poderia ser replicado para zonas de tensão racial latente, um conjunto de pesquisadores, onde destacamos Florestan Fernandes e Roger Bastide, se dedicou a compreender as dinâmicas raciais no Brasil. A análise de Fernandes e Bastide acabou tendo a sua função desempenhada às avessas, onde os pesquisadores evidenciaram que as relações raciais no Brasil possuíam instrumentos próprios de subordinação dos demais grupos em detrimento da raça branca e dominante, denunciando com isso que a harmonia racial no Brasil não passava de um mascaramento da subordinação, em especial da população negra. Outros pesquisadores envolvidos com o projeto chegaram a diferentes conclusões, como os estudos de René Ribeiro (Pernambuco) e Thales de Azevedo (Bahia) eram muito ambíguos a esse respeito; o de Luiz Aguiar da Costa Pinto confundia a discriminação racial com as relações de classe. Nesse interim, focamos nas questões levantadas por Fernandes e Bastide, mas compreendendo que o projeto UNESCO possuiu uma grande variedade de análises e conclusões.

estava na emancipação da população negra das estruturas sociais e mentais que a mantinham em tal situação de subalternidade. Ficou evidente para Fernandes que algo de grave ocorria no Brasil, o que fez com que seu trabalho militante e teórico fosse na contramão do discurso vigente de uma falsa democracia racial.

Contribuímos ainda destacando os elementos pertinentes ao processo de mudança social presente em seus estudos referentes ao movimento negro, que trazem consigo o que pode ser visto como um potencial de transformação para o futuro da população negra e pobre do país. Abordaremos enquanto questão teórica fundamental em Fernandes as relações intrínsecas entre a raça e a classe para a interpretação do capitalismo brasileiro. A contemporaneidade de Fernandes é exaltada e digna de nota pelos autores a partir da discussão acerca da questão racial na obra de um dos mais importantes sociólogos brasileiros, trazendo contribuições para a reflexão do Brasil contemporâneo.

A estruturação da subalternidade

Florestan Fernandes possui diversas ferramentas analíticas essenciais à discussão sobre os fundamentos da estratificação social no Brasil, tendo como horizonte os processos históricos pelos quais a sociedade passou no decorrer dos séculos. Desde o processo de colonização o sistema de dominação deixou profundas marcas na sociedade brasileira, em especial nos homens e mulheres da população negra.

A digressão histórica que faremos possui o objetivo de destacar a interpretação de Fernandes e seus usos históricos para compreender o social e as divergências com os paradigmas em voga dentre os quais destacaremos Gilberto Freire e a assim chamada democracia racial no Brasil. Retornando às bases do sistema colonial em *A sociedade escravista no Brasil* (1976), Fernandes propõe uma reconstrução histórica nos termos marxistas, buscando as causas do fenômeno da estratificação social no Brasil tal qual ela se desenha, remontando quase quatro séculos de escravidão e destacando os “elementos estruturais e dinâmicos” (Fernandes, 1976, p. 11) que colocaram a população negra na condição em que estava no seu momento de produção. Diferentemente da escravidão antiga, a escravidão que trouxe os cativos de África para o Brasil é necessariamente moderna ao colocar os indivíduos como uma mercadoria, o que configuraria esse particular modelo de escravidão como uma escravidão mercantil se torna evidente no argumento, posto a influência marxiana na produção de Fernandes. O sujeito escravizado constituiria assim uma mercadoria no sistema de produção

colonial, mercadoria essa que era esmagada e utilizada até as últimas possibilidades e substituída⁵ quando assim fosse necessário ao bel prazer do senhor rural,

Embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade equivalente da “energia animal em geral”, porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização do trabalho escravo, como se o organismo humano fosse uma máquina (Fernandes, 1976, p. 16).

A população negra, contudo, não era escravizada unicamente pelo senhor rural. Dada a extensa teia de dominação que se engendrou colocando todo esse grupo de sujeitos na base de uma subalternização ferina. No sistema colonial a mão de obra escravizada era necessária, uma vez que o Brasil se configurava como uma colônia de exploração (Fernandes, 1976). A estrutura desse sistema vinha do financiamento dos países europeus, em especial da Inglaterra, passando pela coroa portuguesa, aos Senhores Rurais e os homens livres.

O proprietário do escravo e, portanto, proprietário de sua força de trabalho e do seu produto, não era proprietário exclusivo do excedente gerado pela produção escravista, cujo valor, nos setores de maior significação econômica, se realizava, necessariamente fora e acima da Colônia (Fernandes, 1976, p. 20).

Na base desse sistema de dominação se encontrava a mão de obra negra, Florestan elenca que além de mercadoria eram a força motriz de todo o regime de produção e tinham sua energia humana expropriada por todos esses agentes acima destacados. A dominação não era nesse sentido linear entre o senhor rural e o indivíduo escravizado, outros atores precisaram ser destacados para compreendermos de modo mais produtor o sistema agroexportador que estava em voga no Brasil colonial.

A base da economia colonial era, portanto, a força de trabalho negra sem a qual o acúmulo de riquezas não teria sido possível. Tal acúmulo foi justamente o que possibilitou o enriquecimento da elite branca rural que aos poucos transplantou o seu braço de dominação para os centros urbanos. Era necessário desvencilhar a fazenda (Fernandes, 1976) da ordem patrimonial, obrigando o fazendeiro a desenvolver uma mentalidade típica do empresário capitalista, constantemente atento à produtividade e à remuneração dos fatores de produção (Fernandes, 2008a). Esse processo de dominação da elite rural adentrando aos centros urbanos

⁵ Segundo a análise de Lília Schwarcz sobre o quão danoso era o processo de trabalho escravo nas fazendas: “O regime de trabalho era o grande vilão, acabando com o vigor das mães e elevando a taxa de morte de “velhos” — trabalhadores com quarenta anos ou mais. [...] Com dados tão negativos, não se confirma a imagem de uma escravidão mais benevolente no Brasil, onde a expectativa de vida dos escravos homens ficava abaixo da que se tinha nos Estados Unidos — 25 para 35 anos” (Schwarcz, 2015, p. 94).

foi intensificado com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, o deslocamento da estrutura da metrópole para a colônia foi significativo para o processo de modernização que estava por vir.

O tipo de trabalho desempenhado pela população negra, como destacado acima, utilizava a força humana desses homens e mulheres até a exaustão (Fernandes, 2008a), principalmente no regime das plantações, quase sem descanso e com condições de vida totalmente insalubres impostas aos cativos. Poucos negros e negras desempenhavam funções dentro da casa grande, funções relacionadas principalmente aos trabalhos domésticos, não que este trabalho forçado fosse menos ferino e menos humilhante, mas sem sombra de dúvidas era menos desgastante do que a lida diária nas plantações.

Com relação às plantações em específico, nos foquemos por um momento, já que grande parte do contingente negro cativo no Brasil trabalhava nessas funções. Os homens e mulheres que exerciam esses postos não possuíam graus de especialização em suas funções, uma vez que pela exaustão poderiam facilmente ser substituídos por nova mão-de-obra cativa (Fernandes, 1976). Essa não especialização para um tipo de trabalho mais específico atrelado ao alto nível de analfabetismo serviu como a ferramenta que faltava para deixar o negro à margem da sociedade moderna e industrial que já dava seus sinais de chegada no Brasil.

A desagregação do estado colonial ocorreu de modo gradual diante de diversos fatos históricos que não cabem em desenvolvimento devido aos limites propostos por este artigo, contudo, o limiar da ordem social escravocrata e estabelecimento da ordem social competitiva⁶ no Brasil foram destacadas para que possamos evidenciar a exclusão da população negra dessa sociedade de classes que se desenhou. Na análise de Fernandes é necessário compreender

porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil (Fernandes, 2008a, p. 21).

Após a abolição, segundo Fernandes, a população negra foi jogada à própria sorte sem possibilidades de entrar na ordem social competitiva, onde grande parte do contingente negro acabou se deslocando para os centros urbanos em busca de condições de trabalho, (Fernandes, 1976), grande parte das vezes sem sucesso. Tratemos do recorte dado por Florestan à cidade de

⁶ Fernandes destaca em diversos momentos de suas obras a passagem de um regime de castas para um regime de classes, competitivo e capitalista. Mas que excluiu o negro de participação nessa ordem social competitiva que estava se desenvolvendo com a passagem da estrutura colonial para a estrutura urbana. Deixamos evidente, contudo, que Fernandes considerava a sociedade escravocrata como um regime de castas e estamentos.

São Paulo, cuja figura dominante, outrora, do fazendeiro, agora homem de negócios, e a figura do imigrante europeu constituem personagens centrais no quadro da ordem social competitiva, bem como, no deslocamento das relações produtivas. Já a população negra e mulata estava fadada a permanecer fora dos processos de modernização e europeização que ocorriam no Brasil, que possuíam influência direta no mundo do trabalho especializado, para o qual a população liberta não obteve instrução,

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (Fernandes, 2008a, p. 35-36).

A sociedade de classes propriamente moderna que se engendrou a partir de fatos históricos como a abolição, independência do país e estabelecimento da república que favoreceu a poucos, uma vez que as elites nacionais ainda desempenhavam comportamentos, costumes próprios da colonização atribuídos à “ideais de vida e (aos)os hábitos de dominação patrimonialista” (Fernandes, 2008a, p.61). Logo, os centros urbanos eram centros de dominação de poucos, em especial dos grandes homens de negócios.

Mesmo nos centros urbanos em crescimento tumultuoso e rápido (como acontecia em São Paulo), ela se configura como uma sociedade de classes que só é *igualitária* nos extratos dominantes e só é *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país (Fernandes, 2008a, p. 61).

Dentro da ordem social competitiva (Fernandes, 2008a) que se edificou, simplesmente não existia espaço para a população negra dentro das funções especializadas exigidas pela sociedade moderna e capitalista, ao levarmos em conta o fato de que “a ordem social competitiva se fechava discretamente para o ‘negro’, pois sua mobilidade vertical dependia estreita e diretamente da vontade pessoal do ‘branco’” (Fernandes, 2008a, p.360). Demonstramos no próximo tópico como aspectos no pós-abolição acabaram por empurrar a população negra ainda mais à margem do mundo do trabalho brasileiro e como tal população reagiu.

O mundo do trabalho especializado

O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confina-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes (Fernandes, 2008a, p. 41).

A afirmação destacada expõe com bastante clareza o que ocorreu com a população negra no período pós abolição. Discutiremos ao longo desse tópico a continuidade do trabalho subalterno e sem especialização que não permitia a grande parte deste contingente participar do regime de produção industrial e moderno que se estabelecia aos poucos no Brasil, destacando mais uma vez o exemplo de Fernandes sobre o processo de modernização da cidade de São Paulo.

O chamado mito da democracia racial foi fundamental para isentar a elite branca da culpa pelo regime escravista e também de qualquer obrigação com a população negra recém liberta. No passado o regime escravocrata foi legitimado pelo clero que defendia que a população negra fosse tratada como uma *coisa* (Fernandes, 2008a). Já no pós-abolição foi na estrutura da lei, embebida no mito da democracia racial, que ignorou o drama de toda a população negra no Brasil e

isentou o ‘branco’ de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação econômica do negro e do mulato (Fernandes, 2008a, p. 311).

Florestan denuncia a hipocrisia senhorial e a falácia do mito da democracia racial sofrendo duras penas, inclusive sendo acusado de desenvolver o racismo no Brasil. Através de suas análises se torna possível observar as relações análogas entre os demais homens livres e a população negra, em especial ao que concerne o mundo do trabalho. Essa análise desenvolvida em parceria com Roger Bastide resulta em uma nova interpretação do dilema racial no Brasil, concorrendo com a interpretação vigente de Gilberto Freire

sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (Fernandes, 2007, p. 29).

O mito em questão vai se mostrar como uma ideologia dominante, permitindo ainda que estruturas arcaicas de dominação se estruturem e funcionem como “um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática” (Fernandes, 2008a, p. 319),

edificando um muro de relações intransponíveis no mundo do trabalho segundo as análises de Fernandes na época.

A população branca pertencente à elite nacional possuiu diversas vantagens com o fim da escravidão, mas a principal denúncia de Fernandes é com relação a esta não responsabilidade dos membros desse estrato para com a população negra recém-liberta, ao se sentirem isentos do fardo de educar e prepará-los para o mundo do trabalho livre fora das fazendas. Segundo Florestan “a Abolição equivalia — nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira — a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre” (Fernandes, 2008a, p. 59).

Antes da abolição o modelo agroexportador precisava da figura do escravizado tanto para se manter como para sustentar a demanda do sistema, entretanto, com o processo de modernização a escravidão acabou se tornando obsoleta e a mão de obra especializada se tornou necessária. Em meio a este cenário surge a figura do imigrante europeu. As cidades, em especial São Paulo, passaram a ser vistas como o local de grande possibilidade para o trabalho livre dentro da ordem social competitiva, contudo “o fator humano preponderante passou a ser o agente do trabalho livre, o imigrante” (Fernandes, 2008a, p. 40). Se faz necessário também destacar que a mão de obra branca e europeia, além de especializada para o mundo do trabalho industrial também fez parte de uma política de embranquecimento da população brasileira, indo portanto além da esfera do trabalho e evidenciando questões raciais particulares que foram observadas por Fernandes de modo inseparável, por sua vez o pesquisador Abdias do Nascimento (1978) definiu a política de embranquecimento como um instrumento que evidencia uma das políticas de genocídio em sua obra *Genocídio do povo negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*.

O peso da competição direta com a mão de obra imigrante foi maçante para a população negra, que sem a especialização necessária já elencada, não era aceita facilmente em atividades propriamente modernas como o trabalho nas fábricas e indústrias como um todo, onde não encontrava aceitação, mesmo nas funções que pediam uma especialização mínima.

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis e sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abster penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade do “homem-livre” (Fernandes, 2008a, p. 44).

Os imigrantes vieram para ocupar a posição que os antigos escravos ocupavam nas fazendas, mas estavam em pé de igualdade com os demais homens livres que já viviam no país na busca de melhores trabalhos e uma condição de vida mais digna do que a de onde vinham. Portanto, possuíam elementos que lhes garantia a entrada na ordem social competitiva que estava germinando no país. Entretanto, aonde esses imigrantes não chegaram, a mão de obra negra continuou a ser utilizada, mesmo que a contragosto dos proprietários de terra. Como advoga Fernandes, “o grande proprietário deu preferência ao imigrante onde a prosperidade econômica e a abundância relativa de mão-de-obra estrangeira foram acentuada; nas regiões em que isso não sucedeu (ou ocorria em menor escala), teve que apelar para os libertos” (Fernandes, 2008a, p. 54).

Desprovida de semelhante aceitação, coube à população negra viver desempenhando funções subalternas dentro do cenário urbano. Florestan destaca que para as mulheres negras foi mais *fácil*⁷ conseguir empregos e ocupar as funções como faxineiras, lavadeiras etc. (Fernandes, 2017). Nesse sentido, acabavam desempenhando funções muito semelhantes que as antigas negras da casa grande desempenhavam. Nos ombros das mulheres negras acabou repousando a responsabilidade de sustentar suas famílias já que os homens estavam desprovidos de participação na ordem social competitiva.

Os homens negros por sua parte acabaram desempenhando funções subalternizantes, se entregando ao que Fernandes destaca como ócio, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade. “Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem ‘vagabundos’, ‘boêmios’, ‘desordeiros’, ‘ladrões’, etc. A estigmatização do negro, associada à condição escrava ganhou uma nova densidade negativa” (Fernandes, 2017, p. 80). Uma vez que não conseguiam competir em pé de igualdade com o imigrante europeu que era mais bem visto pelos homens de negócios, a população negra se encontrará, portanto, em um estado de anomia social⁸ ainda a ser superado.

Reconhecemos a anomia como conceito de origem durkheimiana, que aponta uma situação transitória de ausência de regramento social em momentos de transformações sociais.

⁷ Era mais fácil conseguir o emprego nas funções domésticas, mas nem por isso o trabalho deixa de ser humilhante e degradante para as mulheres negras, ao realizar funções subalternas em detrimento das mulheres brancas que as empregavam.

⁸ No caso de Florestan Fernandes, a própria estrutura da ordem social tradicionalista se reproduz na moderna sociedade de classes, por isso algumas vezes ele passa a utilizar o termo disnomia. Mas ao mesmo tempo Florestan Fernandes percebia a importância da herança cultural do negro como um fator capaz de equilibrar a desorganização social e a desestruturação psíquica dos momentos de transição do negro da sociedade de castas (e estamentos) para a sociedade de classes. Essa questão pode ser examinada em *A integração do negro na sociedade de classes* (2008a).

Sem trabalho digno e remuneração adequada, ele foi jogado em um processo de anomia (desorganização e desintegração social e psíquica, nos termos de Durkheim), o que por sua vez dificultou o seu acesso aos mecanismos de ascensão como a formação escolar, o voto democrático, a realização pelo trabalho (Freitag, 2005, p. 235).

Com a população branca dominante virando as costas para o drama negro, que estava falseado pela ideologia do mito da democracia racial, acabou por se estruturar no país uma dinâmica cultural que subalternizava e subalterniza a população negra, tendo isso como um fato natural e não como todo um engendrar de estruturas que se edificaram desde a colônia até o tempo em que nos escreveu Florestan.

Fernandes advoga sobre a não inserção da população negra na sociedade de classes que estava em formação. A defesa de Florestan Fernandes focava na imagem da população negra brasileira, nas questões raciais dentro da revolução burguesa no Brasil e de modo evidente nas relações de raça e classe no cenário brasileiro, mesmo com um trabalho acadêmico primoroso, Fernandes jamais deixou de lado a sua preocupação com a emancipação da população negra em seus mais diversos aspectos.

Em *O negro no mundo dos brancos* o autor denuncia, assim como fez em outros escritos, o drama negro e a incapacidade da população branca dominante de lidar com essa questão abertamente, ignorando inclusive a existência do racismo no Brasil, onde a posição periférica do negro era colocada como um fruto do seu não esforço de participação na ordem social competitiva. “O ‘negro’ teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao ‘branco’ o problema era dele — não do branco” (Fernandes, 2007, p. 29). Contudo, como foi esboçado anteriormente, tal participação se encontra entravada nas próprias estruturas que formaram a sociedade brasileira tal qual a conhecemos.

Esse processo será chamado de falsa abolição por Fernandes, onde a liberdade do povo negro estava apenas nas linhas da lei. Em vez de libertar as mulheres e homens negros para viver em igualdade na ordem social competitiva que se formou no Brasil, a abolição apenas libertou os senhores de qualquer responsabilidade com todo esse contingente populacional, a problemática apresentada discorre sobre a exclusão negra e o legado da população branca que, ao ser isenta, evidencia a formação de classes no Brasil e as exclusões que esta convocou (Fernandes, 2017). A falsa abolição denunciada pelos movimentos negros e por Fernandes em suas análises será motivo de discussão nas décadas seguintes, principalmente pensando na superação da subalternidade negra e de como isto poderia ocorrer.

O autor ainda destaca que a posição periférica da população negra, em especial na cidade de São Paulo, era fruto, como ilustramos aqui, de uma dinâmica cultural subalternizante que tentava manter o *status quo* existente desde o período colonial e impedia os homens e mulheres negras de ascenderem socialmente. Mesmo quando a custo de muita luta, conseguiam atingir uma posição um pouco menos subalterna, não desfrutavam do mesmo status social que uma mulher ou homem branco, mostrando o quão perene era o drama dessa população. Afinal, Fernandes destaca que pouquíssimos conseguiram, mas atingiram o status que poderíamos chamar de classe média negra, contudo, utilizando uma linguagem Weberiana, a mesma poderia alcançar o status de classe, mas nunca o de estamento⁹ (Weber, 1974).

Viver na cidade não significava viver em liberdade, já que a abolição foi uma revolução de brancos para brancos que não trouxe mudanças de vida dignas para a população negra. Pesquisas contemporâneas a Fernandes evidencia que “os não-brancos experimentam uma desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, o que pode estar vinculado a processos de discriminação racial no mercado de trabalho” (Pastore; Silva, 2000, p. 95), tal afirmação só evidencia que as reflexões de Fernandes ainda reverberam nos estudos contemporâneos sobre a temática das relações raciais no Brasil.

Apenas com o período de industrialização intensificada nos idos de 1950, a população negra consegue se incluir minimamente na ordem social competitiva já que era necessária a mão de obra para todo o desenvolvimento que estava em voga. Entretanto, as funções desempenhadas pelo contingente ainda eram funções subalternas e sem um nível de especialização que permitisse competir em pé de igualdade com os demais homens livres no mercado de trabalho brasileiro. Em diálogo com essas questões Fernandes discute a participação dos diversos movimentos negros que lutaram por melhores condições de vida no Brasil, que tinham como bandeira, inclusive, a chamada segunda abolição (Fernandes, 2017). Nos dediquemos no próximo tópico sobre a atuação de alguns desses grupos e a análise de Fernandes acerca da atuação política destes.

⁹Aqui referenciamos o texto clássico de Max Weber, *Classe, Estamento e Partido* (1974), mesmo compreendendo que Weber trabalhava com os seus tipos ideais, essas ferramentas nos auxiliam a pensar a não inserção da população negra, mesmo aquela que a duras penas atingiu o estado de classe média, não desprovia do mesmo status social da população branca.

A luta pelo desmascaramento

A população negra não viveu de modo passivo o processo de subalternização pela qual passou no cenário brasileiro. Evidenciemos neste tópico por um momento a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB) fundada na cidade de São Paulo em 1931, que teve como um de seus principais objetivos a luta por melhores condições de vida para a população negra e se tratou de “uma coletividade que luta por sua ‘redenção’ e contra a ‘espoliação secular’” (Fernandes, 2008b, p. 122). Esta luta em diversas frentes incluía principalmente o mundo do trabalho, pois, como foi dito, a população negra só conseguiu entrar de modo mais fecundo na ordem social competitiva nos idos de 1950.

Tratou-se de uma tentativa por parte da população negra de se unir, organizar-se em torno de uma entidade que lutasse pelos seus direitos e, finalmente, contar com um local onde pudesse exercer a sua sociabilidade. Ademais, o momento político era propício ao surgimento de instituições desse tipo. Após a Revolução de 1930, nasceram várias instituições que se proclamavam frentes (Schwarcz; Gomes, 2018, p. 249).

A FNB¹⁰ chegou a contar com 50 mil associados (Schwarcz; Gomes, 2018), suas lutas variavam dos empregos dignos até a questão da moradia e segurança. Outros movimentos também de mesmo cunho e com participação efetiva no jornalismo, lutaram ainda pelo desmascaramento de uma suposta democracia racial que não existia no Brasil. Os desmascaramentos dos discursos falaciosos sobre a situação do negro no Brasil “engendram a necessidade de desmascarar, também certos símbolos e valores que serviam de fundamento, na sociedade inclusiva, para se conceber a realidade racial segundo a situação de interesses dos ‘brancos’, como e enquanto raça dominante” (Fernandes, 2008b, p. 117).

Esses desmascaramentos incluíam ainda a já citada segunda abolição, que retirasse da hegemonia branca a libertação dos negros cativos do regime escravocrata

[...] a democracia racial somente seria possível após a “Segunda Abolição”, ou seja, depois de um processo que garantisse igualdade civil, política e social de fato para o negro, acabando com o preconceito e a discriminação ainda existentes e dando condições mais justas de concorrência no mercado de trabalho” (Macedo, 2005 *apud* Caldas; Silva, 2021, p. 93).

¹⁰ Criada em outubro de 1931 na cidade de São Paulo, a FNB foi uma das primeiras organizações no século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira. Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite e outros, a organização desenvolvia diversas atividades de caráter político, cultural e educacional para os seus associados.

Ainda era uma grande dificuldade explicitar o preconceito racial uma vez que ele não aparece de modo escancarado, mas sim na ausência de um sistema de reciprocidade nas relações entre negros e brancos (Fernandes, 2008b). É no mundo do trabalho que essa não reciprocidade se torna ainda mais evidente para a população negra, que sem dúvidas, via em todos os aspectos das suas vidas a tentativa de manutenção do *status quo* por parte de uma elite branca de tradições seculares.

Os embates políticos acabavam por marginalizar ainda mais a população negra, vivendo em uma sociedade mentalmente estruturada para o domínio branco com raízes senhoriais. Apesar do processo de industrialização pelo qual a sociedade brasileira passou em sua transição do regime estamental ao regime de classes, não se observou uma mudança positiva na qualidade de vida destes grupos. Desta forma, a posição em que se coloca a população negra ainda nos mostra que as estruturas estamentais de subjugação permaneciam presentes.

O “negro” pretendia se elevar à condição de “raça” livre, autônoma e respeitada, projetando-se no processo histórico como agente de uma revolução social que abortara. Ele não retoma a ideologia do abolicionismo construída pelos “brancos e para os “brancos”. Elabora ele mesmo os seus mitos avaliações e aspirações sociais, tentando dar à segunda Abolição o conteúdo de uma afirmação do “negro” para o “negro” dentro da ordem social estabelecida (Fernandes, 2008b, p. 121).

Os movimentos buscaram superar as barreiras sociais e mentais que se edificaram tão fortemente na história, sem com isso se colocar à margem de um espectro político diferente, mas buscar o seu próprio espaço na ordem social competitiva. Era uma tentativa de “se afirmar com uma raça em si e para si” (Fernandes, 2008b, p. 125). Fernandes destaca ainda a necessidade da intervenção estatal para a criação de políticas públicas para a inserção negra na ordem social competitiva. Todo o conjunto da população negra e pobre estava, em suas palavras, no *limiar de uma nova era* (Fernandes, 2008b) dotada de possibilidades de contestar a ordem vigente. Seria não apenas papel dos movimentos negros lutar pela superação da subordinação secular, mas também papel das estruturas legislativas garantir essas mudanças, causa pela qual Florestan também defendeu enquanto deputado e que os movimentos negros lutam até os dias de hoje.

Considerações finais

A atuação de Florestan Fernandes, seja como sociólogo, seja como militante político, sempre esteve direcionada à mudança social e em desmascarar diversas falácias existentes na

hipocrisia tradicionalista brasileira. Por este motivo denominou sua sociologia como uma Sociologia Política e Militante. Um de seus grandes nortes de atuação, como foi exposto em minha discussão foi o drama negro. O que salta aos olhos na atuação de Fernandes é que ele não tomou para si o papel da linha de frente dessas lutas e isso se revela não apenas nos seus escritos teóricos, como também na sua atuação enquanto parlamentar sobre a bandeira do Partido dos Trabalhadores.

Também esteve presente no processo de estruturação do PT e de modo extremamente didático sempre expôs as suas ideias refletindo acerca das mudanças sociais necessárias na sociedade brasileira, denunciando a história hegemônica das classes dominantes ainda em voga no Brasil e promovendo uma discussão sobre a ascensão das classes subalternas, sem se distanciar de uma reflexão acerca das relações raciais. Segundo o mesmo, “as sequelas da colônia e da sociedade escravista iriam sobreviver e alimentar o subdesenvolvimento” (Fernandes, 2017, p. 81), o que evidencia a forte presença no capitalismo periférico.

É necessário se ter um olhar atento para as condições histórico-culturais que reproduzem as dinâmicas herdadas do sistema colonial, também nas palavras de Fernandes, “jogou o negro na sarjeta e ele teve que se reerguer-se aos poucos e penosamente” (Fernandes, 2017, p. 80). O presente artigo buscou articular a questão racial em Florestan Fernandes com a caracterização das relações de trabalho no capitalismo brasileiro. A maioria dos críticos de Florestan Fernandes lhe atribuem a tese de que o mero desenvolvimento da ordem social competitiva seria capaz de eliminar o preconceito de cor e a discriminação racial. Indo nessa contramão não abraçamos tal crítica, a qual não se sustenta numa análise mais atenta da obra de Fernandes.

Florestan defendeu ainda que era preciso se posicionar frente a subalternidade negra secular, não apenas nos moldes da classe, mas entendendo que na complexidade que representa a sociedade brasileira, *classe* e *raça* andam de mãos dadas e uma não pode ser compreendida em detrimento da outra, “classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente” (Fernandes, 2017, p. 85). Apenas através de bandeiras, que Florestan levantou ao longo da vida seria possível a superação desse estado de subalternidade que o drama negro configura. A educação universal e pública, superação do colonialismo cultural e uma compreensão racional dos problemas sociais foram algumas dessas bandeiras defendidas até o fim de sua vida.

A ideia de que o desenvolvimento da ordem social competitiva apresentaria condições mais favoráveis para eliminar o preconceito de cor e a discriminação racial aparece nos anos 1950 e 1960 como uma possibilidade histórica, desde que os movimentos sociais negros

conseguissem mobilizar a sociedade com tal objetivo, rompendo seu isolamento (Fernandes, 2017). Florestan Fernandes nunca afirmou que o desenvolvimento dessa ordem social eliminaria o racismo, como afirmam seus críticos, mas apontou a possibilidade de, com a luta do movimento negro, esse racismo ser superado. A par disso, também considerou a hipótese de o racismo se tornar uma realidade estrutural do capitalismo brasileiro. Para Fernandes, em trabalhos posteriores, dos anos 1970 e 1980, será esta segunda possibilidade que, de fato, se concretizou historicamente. Evidenciando a ligação intrínseca entre racismo e capitalismo no Brasil, questão que ainda se encontra em voga e demonstra a importância do pensamento de Florestan Fernandes no debate que convocamos ao longo do artigo.

REFERÊNCIAS

- CALDAS, A.; SILVA, N. G. P. A democracia racial no pensamento de Guerreiro Ramos: um balanço dos comentadores. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 29, n. 57, p. 88–116, 2021. DOI: 10.20396/tematicas.v29i57.13921. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13921>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** (no limiar de uma nova era). São Paulo: Globo, 2008b.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** (o legado da “raça branca”). São Paulo: Globo, 2008a.
- FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976a.
- FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: HUCITEC, 1976b.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FREITAG, B. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 229–243, 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000300016.
- NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PASTORE, J.; SILVA, N. do V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- SCHWARCZ, L. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- WEBER, M. Classe, estamento, partido. In: GERTH, H.; MILLS, W. (org.). **Max Weber – Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 211-228.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradecemos ao PPGS-UFPE.
 - ☐ **Financiamento:** Nenhum.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho não precisou de aprovação em comitê de ética em pesquisa.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso em bibliotecas e no SciELO.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Os autores Marco Leal e Sérgio Veloso contribuíram com a reflexão acerca da temática abordada na conceituação de Fernandes.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação

Revisão, formatação, normalização e tradução

